FASUBRA

Sindical

Filiada à CONTUA ISP CEA Biênio 2015-2017

Informativo da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA)

Ano: 2015 nº01



RETROSPECTIVA DA GREVE 2015

EDITORIAL

Uma greve de 133 dias, uma luta para a história da Federação

A greve realizada pelos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação em 2015 foi a maior da história da FASUBRA Sindical. Alcançou praticamente todas as universidades federais, institutos e centros tecnológicos, gerando forte repercussão nas comunidades universitárias, na sociedade e na mídia. Poucas categorias de trabalhadores conseguem sustentar um movimento tão longo num país de dimensões continentais como o Brasil. Nós, TAE, entrando e saindo unificados da greve, ousamos lutar contra o ajuste fiscal e o arrocho salarial, e em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Este movimento é histórico não somente pela adesão e duração, como também pelo desafio de realizar uma greve num momento conjuntural de crise econômica, alimentado por uma crise política que, por sua vez, gera grave crise social. Ainda que exista uma grande disputa pelo poder entre frações da base de sustentação do governo, em relação à aplicação do ajuste fiscal há acordo entre os governos federal e estaduais, em manter uma lógica de cortes de despesas e de investimentos e o ataque aos direitos dos trabalhadores, com reduções nas áreas sociais, especialmente educação e saúde.
Todas as greves do funcionalismo público estadual que aconteceram neste ano foram fortes e heroicas, mas apenas reduziram danos, não conseguindo obter significativas conquistas econômicas, em nenhum dos estados, a exemplo de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Também nos pacotes de redução de despesas e investimentos para o Distrito Federal e Rio de Janeiro, o marco foi semelhante com arrocho, cortes de reajustes e repressão. Os governos não se importam em se desgastar politicamente com o funcionalismo público, desde que sejam garantidos os compromissos com o capital.

Resistência

A greve da FASUBRA fez parte da resistência ao Ajuste Fiscal. Mesmo numa conjuntura adversa, o movimento grevista foi iniciado no dia 28 de maio, em defesa de uma pauta geral com o conjunto do funcionalismo e de uma pauta específica aprovada pela Plenária da FASUBRA. Logo no início, o governo apresentou aos Servidores Públicos Federais (SPF) uma proposta de reajuste de 21,3% parcelados em quatro anos, sem perspectiva de majoração nos benefícios, demonstrando pouca disposição para avançar na pauta especifica.

A greve cresceu, ganhou espaço nas mídias locais e nacional e passou a impactar a conjuntura política. A determinação da FASUBRA e sua base em buscar unidade com outros setores do funcionalismo e movimentos sociais permitiu que fossem acumuladas forças para modificar a lógica do Ajuste Fiscal e barrar a proposta de parcelamento do reajuste em quatro anos, aspecto bastante relevante, pois caso prevalecesse a imposição anterior, ficaríamos impossibilitados de fazer greves até o ano de 2019.
Recuando de sua proposta original, o governo apresentou contrapro-

EXPEDIENTE

Direção Nacional da FASUBRA Sindical Biênio 2015-2017

Coordenação Geral
Rogério Fagundes Marzola
Leia de Souza Oliveira
Gibran Ramos Jordão

Coordenação Administração e Finanças
Paulo Cezar Vaz dos Santos
Rolando Rubens Malvásio Júnior

Coordenação de Formação e Comunicação Sindical
Neide da Silva Dantas Mendes
Edson Nascimento Lima

Coordenação de Educação
Rafael dos Santos Pereira
Mário Costa de Paiva G. Júnior

Coordenação Aposentados e Assuntos de Aposentadoria
Darci Cardoso da Silva
Maria Loura Oliveira da Silveira

Coordenação Políticas Sociais de Gênero
Francisco de Assis dos Santos
Maria Ângela Ferreira Costa

Coordenação de Organização Sindical
André dos Santos Gonçalves
Marcelino Rodrigues da Silva

Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho
Fátima dos Reis
Adriana Cristina de T. Stella

Coordenação das Estaduais e Municipais
Neusa Santana Alves
Antônio Alves Neto

Coordenação da Mulher Trabalhadora
Eurídice Ferreira de Almeida
Larissa Piazzetta Gysi

Coordenação de Raça e Etnia
Angela Maria Targino Silva
Roberto Luiz Machado da Silva

EXPEDIENTE

Direção Nacional da FASUBRA Sindical Biênio 2015-2017

Coordenação de Seguridade Social
Cristina del Papa
Pedro Rosa Cabral

Conselho Fiscal
Ademar Sena de Carvalho
Mauro Mendes
Rosangela Márcia Frizzero
Ana Paula Azevedo
Mozart Robério de Sá Siqueira

Reportagem, Edição, Projeto Gráfico, Diagramação e Fotografia
Luciana Castro
Jornalista
MTB: 18789/MG

Revisão
Neide Dantas

Tiragem: 1.000 exemplares

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituição de Ensino Superior Públicas do Brasil FASUBRA

www.fasubra.org.br
fasubra@fasubra.org.br

Imagem de fundo capa e contracapa
FreePik

EDITORIAL

posta de reajuste de 10,8% em dois anos, além de correção nos benefícios, com aumento mais significativo no auxílio pré-escolar e os demais benefícios tendo atualização da inflação desde o último reajuste. Conseguimos avançar na vigência do novo período de reajuste, em comparação aos dois últimos acordos assinados (2007 e 2012), que ocorreram em três anos. Foi mantida a isonomia salarial com os aposentados e pensionistas, embora, infelizmente, não tenha havido avanços significativos nos percentuais. O governo negou as perdas e não considerou a inflação de 2015. Assim, os índices alcançados nesta greve cumprem somente o papel de evitar maior acúmulo de perdas, até a próxima discussão salarial.

É preciso destacar que, diferentemente de outras categorias, conseguiu-se obter pequena majoração no step (que passará para 3,9% em 2017) ampliando o poder aquisitivo da Categoria por meio de elementos da nossa carreira. Complementam o resultado da greve a obtenção de 2 mil vagas de graduação e 2 mil vagas de especialização para os TAE já em 2016; o debate de itens de carreira e da racionalização até maio de 2016; o aproveitamento de disciplinas para capacitação; a não absorção do Vencimento Básico Complementar (VBC); o início da discussão de negociação coletiva; o dimensionamento de pessoal; o seminário nacional sobre assédio moral nas IFEs; as tratativas para a democratização das IFEs; o agendamento da discussão da pauta dos trabalhadores cedidos, formal ou informalmente, à Ebserh. Ressalte-se, ainda, a importância de se fechar um acordo com um termo de reposição que garante a compensação do trabalho represado durante a greve, em vez de compensação de dias ou horas.

Recuo estratégico

A mídia atacou sistematicamente as greves da Educação e do INSS, usando reportagens para jogar a opinião pública contra os movimentos e reforçar a retirada de direitos. Assim, esgotadas as possibilidades de manter uma ofensiva conjunta dos SPF, ou de avançar num processo superior, como a greve geral, nossa correlação de forças não apontava perspectivas de melhoria da proposta apresentada. Por isto a categoria considerou adequado o recuo estratégico, acumulando forças para a continuidade da luta em outro momento. É importante manter a unidade política do movimento, pois o quadro conjuntural sinaliza para ataques ainda mais duros, que demandarão da categoria iniciativa e resistência.
Saímos dessa greve com novas tarefas: exigir o cumprimento das cláusulas do termo de acordo e de seus prazos; debater na categoria e com a comunidade os novos desafios para impedir que a conta da crise recaia sobre a saúde, educação e trabalhadores; buscar laços e iniciativas com outras entidades sindicais e movimentos populares, reposicionando para as lutas, sempre uma necessidade histórica.

A retrospectiva que trazemos neste informativo sobre a greve de 2015 busca manter a história e a tradição no patrimônio político da categoria, abrindo caminho para as ações futuras. Boa leitura e boas lutas!

Rogério Marzola, Léia Oliveira e Gibran Jordão
Coordenação Geral da Fasubra Sindical

Retrospectiva da Greve 2015

Balanço do movimento paredista da FASUBRA Sindical

A história da luta pelos direitos da Categoria dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação é longa. Os motivos da última greve são diversos e integram a pauta dos TAE há muitos anos. A greve de 2015 foi decorrente de um acúmulo de demandas e reivindicações que, desde 2010, não foram atendidas pelo governo federal.

Instituições Federais de Ensino que estiveram em greve: 65
Dias de paralisação dos trabalhadores técnico-administrativos: 133

28 de maio



Início da paralisação, por tempo indeterminado, dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação (TAE).
O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, desqualificou a greve dos servidores por meio do portal do Ministério da Educação (MEC) e em seu perfil pessoal nas redes sociais. Alegou falta de diálogo. A FASUBRA cobrou não apenas o diálogo, como também negociações efetivas.

9 de junho



Audiência Pública no Senado Federal
Renato Janine afirma que não recebeu ofício da federação com a pauta de reivindicações.
FASUBRA rebate a afirmativa do ministro.

11 de junho



Comando Nacional de Greve da FASUBRA realiza ato na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), expõe os motivos da greve e solicita apoio às reivindicações dos trabalhadores.

12 de junho

Superior Tribunal de Justiça declara greve legal
Despacho do ministro Napoleão Nunes Maia Filho caracteriza descumprimento do governo na decisão judicial de 2014 referente às negociações.

16 de junho



Comando Nacional de Greve (CNG) realiza atividades no Congresso Nacional

Trabalhadores Técnico-Administrativos participaram da cerimônia de posse do ministro Edson Fachin no Supremo Tribunal Federal e visitaram parlamentares em busca de apoio ao movimento.

18 de junho



Frente Parlamentar Mista apresenta propostas em apoio à greve

O Comando Nacional de Greve participou da reunião com a Frente Parlamentar Mista pela valorização das universidades federais, na Câmara dos Deputados.

22 de junho

Grupo de Trabalho (GT) de Assuntos de Aposentadoria avaliou a situação nas bases no período de greve. Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais se reuniram para discutir ações conjuntas.





23 de junho

CNG busca diálogo com parlamentares no Congresso. Parte do Comando visitou gabinetes de parlamentares no Congresso Nacional tentando sensibilizá-los para que os mesmos apoiassem a abertura de negociação efetiva com o governo federal.



24 de junho







FASUBRA participa da cerimônia de comemoração ao 1º ano do Plano Nacional de Educação.
A Direção da Federação distribuiu, durante a cerimônia, panfletos que explicavam os motivos da greve. Estavam presentes o ministro da Educação, Renato Janine, secretários de educação de vários estados e autoridades.

Aposentados do CNG visitaram lideranças de partidos políticos no Senado e entregaram o Memorial da Greve dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação e o documento que relatava as tentativas de negociação com o governo federal. Foi solicitado apoio ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº53 de 2011, que altera o artigo 15 da Lei 11.091/2005 (enquadramento dos servidores aposentados e pensionistas nas tabelas de pisos salariais, propondo que seja feito de acordo com o valor que os mesmos recebiam na data da aposentadoria).

Ministério do Planejamento recebe entidades do Serviço Público Federal
FASUBRA recebe convite do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para reunião com as entidades do Serviço Público Federal.



25 de junho



Governo faz proposta ao Serviço Público Federal, considerada insuficiente pelos trabalhadores, e agenda nova reunião. Contraproposta do governo de reajuste de 21,3% parcelado em quatro anos não agrada e reforça greve. Acontece o Dia Nacional de Mobilização dos trabalhadores do Serviço Público Federal, em todos os estados.

28 de junho



Comando Nacional de Greve participa da 18ª Parada do Orgulho LGBT em Brasília.
Dia Internacional de Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Cerca de 30 integrantes do CNG estiveram presentes ao ato político e festivo que tomou as ruas de Brasília-DF. A luta contra a homofobia, a discriminação e o sexismo são bandeiras históricas da Federação.

30 de junho

O Comando Nacional de Greve participa do ato contra a redução da maioridade penal, com o objetivo de divulgar e dar visibilidade à greve.
Os aposentados que integram o CNG cumpriram agenda de visitas no Senado Federal, em continuidade à busca de apoio à greve.



01 de julho

Atos nas reitorias das universidades
Completando 41 dias de greve, a FASUBRA Sindical orientou, no seu calendário de lutas, a realização de atos nas reitorias das Instituições Federais de Ensino Brasileiras. O objetivo era de cobrar celeridade das administrações superiores no atendimento às pautas locais de reivindicações e propor que cobrassem do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) reunião com a Federação.



02 de julho

Parlamentares apoiam a greve da FASUBRA

Após visitas, senadores e deputados enviaram ao Congresso Nacional e ao Ministério da Educação, requerimentos e pronunciamentos, solicitando providências urgentes pela valorização dos trabalhadores e solução para as negociações.

03 de julho



FASUBRA realiza seu 18º Encontro Jurídico

Cerca de 60 advogados, assessores jurídicos dos sindicatos da base da FASUBRA Sindical e integrantes do Comando Nacional de Greve participaram do evento.

CNG realiza debate sobre opressões

Durante o evento foram reproduzidos três vídeos. O primeiro abordou o tema homofobia, com relato sobre o sentimento de pessoas que sofrem o preconceito por causa da orientação sexual. Já o segundo vídeo retratou o machismo, em que homem e mulher passam por uma troca de papéis na sociedade, indicando como é estar do lado de quem sofre a agressão. O terceiro trouxe histórias verídicas de pessoas que sofrem com o racismo no dia a dia.



06 de julho

FASUBRA participa da Reunião Ampliada da Educação Federal

Trabalhadores Técnico-Administrativos, docentes e estudantes discutiram temas como o ajuste fiscal, reposição de perdas salariais, redução orçamentária e projetos de lei que prejudicam trabalhadores. Também foram destacados a importância do debate sobre o modelo de universidade e concepção de estado, por meio de produção de projetos pelas entidades de educação federal, para apresentar ao governo. Debateu-se a realização de Caravana da Educação Federal.







07 e 09 de julho



Servidores Públicos Federais não aceitam proposta de reajuste do governo de 21,3%, por considerar o índice insuficiente.
Discutiu-se a necessidade de rever o índice ofertado e reduzir o tempo do reajuste, proposto inicialmente para quatro anos; o reajuste de benefícios, a data base e a negociação coletiva - Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho.



Caravana da Educação Federal
Milhares de Trabalhadores Técnico-Administrativos, professores e estudantes marcharam juntos por uma educação pública, gratuita e de qualidade.
Os grevistas agitaram a manhã de Brasília –DF, lotando as ruas da capital federal pela valorização do serviço público. Os representantes das entidades presentes ao ato protocolaram o Manifesto em defesa da Educação Pública.



FASUBRA participa de mesa de negociações com o Ministério da Educação. Federação avalia positivo o diálogo e solicita reunião conjunta com os Ministérios da Educação e Planejamento. Greve continua forte. Um dos pontos em destaque foi o debate sobre as 30 Horas (jornada contínua) o secretário afirmou que o MEC concordava com a implementação na forma da lei.

12 de julho



A 67ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) aconteceu de 12 a 18 de julho, na Universidade Federal de São Carlos, em SP. O tema dessa edição foi "Luz, Ciência e Ação", alusivo ao Ano Internacional da Luz, que em 2015 é celebrado em diversos países. Participaram representantes de sociedades científicas, autoridades e gestores do sistema nacional de ciência e tecnologia. A greve abriu espaço para intervenção no evento, no qual a representação da Fasubra denunciou o "apagão" causado pelos cortes orçamentários e a falta de diálogo do governo em negociar efetivamente com os trabalhadores em greve em todo o país.

14 de julho



Audiência Pública "Saúde e Terceirização" no Senado Federal

O debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, teve como objetivo mostrar os riscos da terceirização na atividade-fim, . A representação da FASUBRA tratou da temática dos Hospitais Universitários e realizou um resgate histórico da participação das fundações de direito privado e da lei que trata dessas instituições.

14 de julho



Audiência Pública – "Valorização da Educação dos trabalhadores da Educação"

Representantes da Federação explicaram que o processo de negociação com os trabalhadores da Educação Federal não pode ser pautado pelas medidas de Ajuste Fiscal do governo, pois desta forma, o resultado da medida pode ocasionar "o sucateamento das instituições, que já estão funcionando de forma precária". Ressaltou-se que a União destina atualmente 3% dos recursos públicos para a Educação e 48% para a dívida pública.

"não dá para aceitar que a fatia de 3% seja sangrada para garantir a remuneração dos banqueiros, nem o corte de 9 bilhões na Educação e de 2 bilhões em Ciência e Tecnologia"

A representação da Federação afirmou, na ocasião, que "não dá para aceitar que a fatia de 3% seja sangrada para garantir a remuneração dos banqueiros, nem o corte de 9 bilhões na Educação e de 2 bilhões em Ciência e Tecnologia". Para a Federação, a influência nos resultados, gera ausência de expansão da rede pública federal – gratuita, pública, de qualidade e de cunho social.



16 de julho



Audiência Pública com o ministro da Educação

FASUBRA argumentou a falta de protagonismo e diálogo do Ministério da Educação em relação às negociações e reivindicou agenda conjunta entre MEC, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para tratar da pauta específica. O Memorial de Greve da Federação foi entregue ao ministro Renato Janini.

16 de julho

Comando Nacional de Greve se reúne com equipe da Secretaria de Educação Superior

A representação da FASUBRA solicitou à Secretaria de Ensino Superior (SESu), incorporar na portaria (30 horas) a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC) dos Técnico-Administrativos em Educação, como responsável pelo dimensionamento nas Instituições Federais de Ensino Superior. MEC reconhece que atualmente há cerca de sete a oito mil vagas ociosas (vagas aprovadas para contratação).

20 de julho



Fórum dos Servidores Públicos Federais cobra do governo resposta à pauta de reivindicações

Dois itens da pauta de negociação foram apresentados: reajuste salarial e benefícios. O Secretário do MPOG, Sérgio Mendonça, sustentou a contraproposta de 21,3% de reajuste parcelados em quatro anos.

22 de julho



Marcha Nacional dos Servidores Públicos Federais

Cerca de sete mil trabalhadores caminharam pelo Eixo Monumental ocupando três faixas da pista, escoltados pela polícia do Distrito Federal. Munidos de cartazes, bandeiras, faixas e com um carro de som, caravanas de vários estados compareceram ao evento. Depois de contornar o Congresso Nacional, os trabalhadores se concentraram na Praça dos Três Poderes.

22 de julho



Audiência do Fórum dos Servidores Públicos Federais com o assessor da Presidência

A situação das negociações com o governo federal foram apresentas na audiência com José Feijóo, assessor especial do ministro chefe da Secretaria - Geral da Presidência da República. Feijóo reconheceu que há demandas do movimento que são cruciais e a importância de mediar a solicitação com o ministro Miguel Rosseto, além do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

23 de julho

Reunião com Ministérios do Planejamento e Educação

A FASUBRA considerou importante a reunião conjunta, principalmente porque ela somente ocorreu após diversas tentativas, desde março deste ano. Na ocasião, reiterou-se que a Categoria dos TAE tem o pior piso do funcionalismo público e questionou-se sobre quais seriam as possibilidades orçamentárias para negociar a pauta de reivindicações. Cobrou-se que as negociações deveriam incorporar itens que atendessem o maior número de trabalhadores, incluindo os aposentados.



Pátria educadora: lema ilusório

Em nota pública, a FASUBRA, na sua condição de entidade que representa mais de 180 mil profissionais técnico-administrativos, reiterou a indignação ao ajuste fiscal anunciado pelo governo, em que a educação fora afetada com um corte total de R$ 9,2 bilhões, atingindo desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação.

30 de julho



Brasil realiza política de corte com gastos sociais para pagamento da dívida

Comando Nacional de Greve participa de debate sobre "Dívida Pública e os cortes no orçamento" na Universidade de Brasília. Maria Lúcia Fattorelli e Rodrigo Ávila, da Associação Auditoria Cidadã da Dívida Pública, de forma simples, levaram informações reais sobre a dívida pública brasileira.



Agosto, mês de luta e mobilização nacional dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação. Para reforçar a greve, o mês intitulado “Agosto Vermelho”, teve início com a Caravana Nacional pela Educação.

05 de agosto



Trabalhadores Técnico-Administrativos das Instituições Federais de todo o país ocupam ruas de Brasília
Cerca de três mil trabalhadores em greve de todo o país, chegaram em caravana à Brasília – DF, para reivindicar do governo federal o avanço nas negociações. Com o objetivo de chamar a atenção da sociedade, os servidores públicos seguiram em marcha organizadas com faixas, cartazes, bandeiras e trio elétrico.

Pela primeira vez, FASUBRA se reúne com o presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), Newton Lima. Foram apresentados problemas recorrentes da atual gestão da empresa e uma proposta de construção de agenda para resolução das questões.



FASUBRA publica nota de repúdio à ação truculenta da Polícia Militar do Distrito Federal, após agressão dos manifestantes que participavam da Marcha da FASUBRA.







06 de agosto



Trabalhadores bloquearam acesso ao Ministério do Planejamento

Os trabalhadores técnico-administrativos em greve reivindicaram negociações efetivas com o governo federal e rejeitaram a contraproposta de reajuste de 21,3%, parcelado em quatro anos, pela sua insuficiência.

07 de agosto

Em reunião conjunta, representação da categoria e governo prosseguem negociação



Para a FASUBRA, haviam questões suprimidas ou que não estavam claras no documento enviado pelo MEC. Foi cobrado celeridade dos órgãos internos do governo nos processos, para itens como a Lei 12.772, redefinição do artigo 18 referente a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos e as Orientações Normativas, como a nº6 de 2013 (que trata da insalubridade). O secretário Jesualdo Farias remeteu alguns pontos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

10 de agosto

CNG apresenta motivos da greve em aula inaugural da UnB

O evento marcou o início do semestre letivo. Convidado para a aula inaugural, o desenhista Maurício de Sousa, criador das histórias em quadrinhos da Turma da Mônica. Representantes da Federação fizeram o uso da palavra e falaram sobre a greve e o corte de orçamento da educação e saúde. A precarização e o desmonte das universidades públicas no cenário atual, segundo a representação da FASUBRA, também contribuem para o prejuízo de alunos, servidores e sociedade.



11 de agosto

FASUBRA participa de ato público em defesa da democracia, da educação e da Petrobrás

Com o tema “O pré-sal é da educação”, trabalhadores se manifestaram em defesa da destinação dos recursos da exploração do petróleo para área da educação. O evento, coordenado pela senadora Fátima Bezerra (PT/RN), contou com a participação de senadores, entidades sindicais, movimentos sociais e estudantil, que apoiaram o ato.



12 de agosto



Somos todos Margaridas

Cerca de 70 mil trabalhadoras abraçaram o Congresso Nacional.

Parte do Comando Nacional de Greve (CNG) da FASUBRA Sindical também participou da quinta edição da histórica marcha, que integra mulheres de luta do campo e da cidade.

FASUBRA e Andifes se reúnem para tratar pontos da pauta específica

Democratização nas Instituições Federais de Ensino, implementação das 30 horas, reajuste salarial, carreira, revisão da carreira, dimensionamento, trabalhadores cedidos à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e assédio moral estiveram em discussão durante a reunião.



18 de agosto



Impactos do pagamento da dívida pública na educação

A FASUBRA participou do Seminário Regional “A corrupção e o sistema da dívida”. Segundo a Associação Auditoria Cidadã da Dívida, a maior corrupção que existe no país é a corrupção “legalizada” no Sistema da Dívida, que consome quase metade do orçamento federal e grande parte dos orçamentos estaduais e até municipais, sem a devida transparência.

21 de agosto



Nova reunião marca processo negocial

Na ocasião, tratou-se da minuta de portaria para jornada de 30 horas com turnos ininterruptos, conforme a legislação, para os trabalhadores das Instituições de Federais de Ensino Superior. Outros pontos da pauta de reivindicações da greve dos TAE também foram encaminhados. O assessor de gabinete da Secretaria de Relações de Trabalho, Vladimir Nepomuceno, afirmou que, diante da portaria já existente, o reitor pode implantar o regime de jornada contínua de trabalho de zero a 100% dos serviços nas instituições. O assessor mencionou o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas/RS em que, por iniciativa do reitor, em 2003 foi garantida a legalidade de instituir 30 horas para todos os trabalhadores, de acordo com a legislação.

25 de agosto

Ausência de resposta do governo nas negociações intensifica greve

Após a SESu/MEC adiar a reunião para o dia 27 de agosto e a Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) do MPOG não cumprir com o retorno referente à nova proposta de índice de reajuste, os trabalhadores em greve reforçaram a convocação para a Marcha dos Servidores Públicos Federais e realização de atos nas universidades, marcadas para o dia 27 de agosto.



26 de agosto



Comando Nacional de Greve recepciona reitores na ANDIFES

Com o objetivo de sensibilizar os reitores das várias instituições federais de ensino para a aprovação da implantação de turnos contínuos com redução da jornada de trabalho (30 horas), o Comando Nacional de Greve da FASUBRA se concentrou em vigília em frente à sede da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, durante reunião dos seus membros que, dentre outros assuntos, discutiu o tema.

27 de agosto

Servidores Públicos Federais bloqueiam acesso ao Ministério do Planejamento

Na madrugada, servidores públicos federais em greve ocuparam e bloquearam as entradas de acesso ao prédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Os trabalhadores reivindicaram negociações efetivas com o governo federal e rejeitaram a contraproposta de reajuste de 21,3%, parcelados em quatro anos, por não repor as perdas inflacionárias passadas e futuras.





Governo recebe Servidores Públicos Federais após manifestação

Com a ocupação dos servidores públicos federais exigindo negociações, o secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça recebeu os representantes do Comando Nacional de Greve da FASUBRA e das entidades do Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais. Sem novidades, o governo federal reafirmou o índice de 21,3% parcelado em quatro anos e os valores dos benefícios discutidos anteriormente.



Jornada de turnos contínuos

Em reunião, FASUBRA confere detalhes da portaria

A orientação para os reitores para implantar a jornada contínua com turnos ininterruptos, em conformidade com a legislação vigente, teve acordo do governo, que reiterou a necessidade de verificar com a equipe da Secretaria de Ensino Superior as normas para tratamento adequado da questão, evitando problemas.

A FASUBRA defendeu que as considerações eram imprescindíveis, pois assim a categoria teria subsídios para defender as razões de implantação da jornada de turnos contínuos, devido ao fato de a universidade ser uma instituição diferenciada, a partir do conceito de atendimento contínuo ao usuário.

31 de agosto



Servidores Públicos Federais não aceitam índice proposto pelo governo parcelado em quatro anos

Em posição unânime, as entidades dos SPF decidiram não aceitar a proposta de reajuste parcelado em quatro anos e solicitaram que isto não fosse condicionante ao conjunto de pautas específicas. O Secretário do MPOG, Sérgio Mendonça informou a realização de reunião com o governo federal para apresentar a situação e discutir os rumos da negociação. De acordo com Mendonça, a pauta específica seria negociada com as entidades que aceitarem o acordo.

SETEMBRO ROXO
FASUBRA
GREVE NACIONAL

100 dias de greve inaugura "Setembro Roxo" contra o arrocho do governo federal por meio do ajuste fiscal.

02 de setembro

Comando Nacional de Greve busca diálogo no Congresso Nacional

O governo federal enviou projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) com previsão de 1 bilhão para investimento nas carreiras dos servidores públicos federais, de acordo com informações do secretário da SRT/MPOG, Sérgio Mendonça, em reunião com os servidores. A representação do CNG solicitou aos parlamentares que uma parte dessa verba fosse destinada ao ajuste do step (percentual aplicado entre os níveis salariais da tabela).



Parte do CNG participou do Seminário "Combate e prevenção ao assédio moral na administração pública", na Câmara dos Deputados.

04 de setembro



CNG em reunião concorda em apresentar contraproposta ao governo federal

"O tempo de vigência do reajuste pode ser reduzido de quatro para dois anos, o mesmo aprovado para três entidades do serviço público federal", afirmou Vladimir Nepomuceno, da SRT/MPOG, o que não surpreendeu o Comando Nacional de Greve, em reunião conjunta com a Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC), representada na ocasião por Jesualdo Farias. Houve recuo do governo sobre a constituição de portaria referente à jornada de turnos contínuos (30 horas). Na ocasião Farias sinalizou que não havia acordo, após análise técnica dos setores jurídicos do MEC e MPOG. A metodologia do governo no processo negocial foi enfaticamente criticada pela Federação. A FASUBRA frisou a importância da regulamentação dos Acordos Coletivos no serviço público e a definição de prazo para estabelecer uma legislação e definir o formato das negociações.

09 de setembro



Reunião Ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

A FASUBRA apontou os ataques aos direitos trabalhistas, como a Agenda Brasil e o ajuste fiscal do governo em nome da contenção da atual crise política e econômica, com previsão de manietar os trabalhadores. Medidas de austeridade como cortes de orçamento, regulamentação da terceirização, ampliação da idade mínima para aposentadoria, redução de jornada e salários em 30% (Programa de Proteção ao Emprego), são saídas que não beneficiam a classe trabalhadora. Além de Projetos de Lei desenterrados como o PL 450/2015 "Simples Trabalhista" - que reduz o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço de 8% para 2%, permite o parcelamento do 13º salário em até seis vezes e fraciona as férias em três períodos - cogitou-se também a cobrança diferenciada de procedimentos do SUS por faixa de renda.

10 de setembro

Apresentação de contraproposta da FASUBRA para análise do governo



O Comando Nacional de Greve apresentou contraproposta referente às negociações da greve, em reunião na sede do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a presença do secretário Sérgio Mendonça e do assessor de gabinete Vladimir Nepomuceno, da SRT/MPOG. Participaram da reunião também a equipe da SESU/MEC, discutindo itens da pauta geral, econômica e específica.

A representação da FASUBRA realizou a leitura dos 14 pontos da contraproposta, entre eles o índice de reajuste de 9,5% em 2016 e 5,5% em 2017. Na ocasião, foram informados pelo secretário Sérgio Mendonça da possibilidade de recuo da proposta do governo de quatro para dois anos, "atendendo o pleito de várias entidades nas reuniões gerais e específicas". Os outros pontos seriam analisados e a resposta seria apresentada no dia 16 de setembro, durante reunião para realização dos ajustes na redação da minuta de acordo.

Sem corte de ponto

Nepomuceno informou que "o governo enviou documento com orientação para todos os secretários do executivo realizar o corte de ponto". A FASUBRA criticou duramente a posição do governo durante a negociação, em que o atraso na solução do processo seria do próprio governo. O governo entendia que existia autonomia universitária. A FASUBRA informou que existia ação judicial no Supremo Tribunal de Justiça, proibindo o corte de ponto dos Trabalhadores Técnico-Administrativos.

Greve forte

O movimento paredista passa de mais de 100 dias e a intensa busca de diálogo com o governo federal revelou novamente a força da categoria, que resiste às ofensivas da imprensa conservadora, que insiste em divulgar apenas um lado dos problemas nas instituições, reiteradamente imputados à greve.

14 de setembro



Debate Contra Opressões marca o início da semana

Desde o início da greve, os trabalhadores técnico-administrativos em educação têm abordado este tema. Foram apresentados dados estatísticos e o conceito das palavras opressão e violência. Um resgate histórico da luta contra as opressões e consequências foi apresentado, incluindo a luta histórica do movimento de mulheres e a origem da opressão. A opressão está presente e visível, mas é sentida e mais percebida pelas vítimas do que por aqueles que praticam.

15 de setembro



Trabalhadores das universidades em greve ocupam Ministério da Educação e forçam governo a receber representação da Categoria

Representantes da Direção da FASUBRA Sindical e do Comando Nacional de Greve se reuniam com representantes do Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na sede do MEC, ao mesmo tempo em que parte dos integrantes do comando permanecia em vigília em frente ao prédio. Após o encerramento da reunião ocorrer em menos de meia hora, a representação da Categoria, indignada com o tratamento desrespeitoso, comunicou aos presentes que manteria ocupada a sala de reuniões da Secretaria de Ensino Superior, até que fosse efetivado, de fato, o processo negocial, que já se arrastava por 112 dias.

Alterações no acordo

A reunião não agradou à representação do CNG/FASUBRA Sindical, pois o processo negocial esbarrou na impotência dos negociadores governamentais, r, referentes aos cortes de gastos públicos na proposta orçamentária de 2016. Um dos aspectos mais afetados foi justamente o reajuste dos servidores públicos federais, adiado de janeiro para agosto de 2016. A novidade retirou as expectativas dos servidores públicos federais que, há três meses, negociavam reajuste salarial e carreira, dentre outros pontos. As perdas inflacionárias desde 2010 enfraquecem o poder de compra dos trabalhadores, que não dispõem de regulamentação de acordo coletivo de trabalho e aos quais não restam alternativas que não seja a greve.

Na ocasião, integrantes do CNG lembraram que "a crise não é produto dos trabalhadores, que pagam pela conjuntura de escassez de recursos com aumento da carga tributária e redução de direitos".

PRESSÃO DA CATEGORIA OBRIGA GOVERNO A ANTECIPAR REUNIÃO COM REPRESENTAÇÃO DO COMANDO DE GREVE

A ocupação do Ministério da Educação rendeu ao Comando Nacional de Greve da FASUBRA Sindical uma reunião com o secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o secretário de Ensino Superior Jesualdo Farias do MEC, para dar sequência ao processo negocial dos Técnico-Administrativos em Educação. A deputada federal Alice Portugal se reuniu com os representantes do governo, minutos antes, na tentativa de mediar as negociações.

Pacote de cortes de gastos

A Federação ressaltou a insatisfação da categoria diante da posição do governo federal, de cortes no orçamento para conter a crise econômica, com medidas que trazem, ainda, mais prejuízos aos servidores públicos federais, dentre eles o adiamento do reajuste dos servidores, suspensão do abono de permanência (benefício pago a servidores que atingiram condições para se aposentar e continuam na função) e suspensão de concursos públicos. A representação da FASUBRA afirmou "ser impossível permanecer em um processo que não apresenta respostas à contraproposta apresentada pela Federação, e em que o governo desautoriza seus interlocutores por meio de notícias veiculadas na imprensa". O CNG considerou a reunião bastante dura e a postura do governo intransigente para com os trabalhadores.

Prejuízos

Como argumento contra o corte do abono permanência e a suspensão dos concursos, foi

15 de setembro



apresentada a realidade de algumas universidades, tais como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que serão aproximadamente 650 docentes e 760 técnicos que poderão se aposentar em 2016. Na Universidade de Brasília são 358 técnicos e 170 professores que recebem o abono, cerca de 13% do quadro de trabalhadores técnico-administrativos da UnB, o que inviabilizará várias atividades na instituição, caso os trabalhadores resolvam se aposentar, dando a exata dimensão do caos a que estarão sujeitas as universidades federais.

Limite nas negociações

Sobre a mudança de data do reajuste, Sérgio Mendonça reiterou que a proposta era aquela e que não tinha força para alterá-la na mesa de negociações. Na ocasião deu a seguinte declaração sobre o processo negocial: "não vejo condições de que possa haver mudança. Esta mesa chegou no seu limite naquilo que respondemos a vocês". Disse ainda que o processo poderia se estender a alguns dias, talvez algumas semanas. A representação da Federação questionou a mudança de prazos.

Benefícios e step

Informações do secretário deram conta de que o reajuste dos benefícios seria mantido para janeiro de 2016 e que percentual é de 22,8%, como também para os Auxílios Saúde e Auxílio Alimentação. No caso do Auxílio Saúde os valores atuais são diferenciados por idade e faixa salarial.

Auxílio Alimentação
R$ 373,00 para R$ 458,00

Assistência Pré-Escolar
Variação entre R$66,00 e R$ 95,00 para R$ 321,00

O step (percentual de diferença entre um padrão de vencimento e o padrão seguinte a este) seria um avanço na pauta dos trabalhadores técnico-administrativos, segundo Mendonça. O CNG questionou se o" governo estaria aberto a pensar em algo além do que fora proposto" sobre o step, mas não houve resposta. Mendonça sustentou que tudo passa pelo crivo da Câmara dos Deputados e Senado Federal e que será "o Congresso Nacional a dar a palavra final".

Recuos

O reajuste dos servidores de 5,5% foi adiado para agosto de 2016. A proposta de alteração do artigo 18 da Lei 11.091/2005 – racionalização de cargos foi retirada da pauta". Houve a suspensão da portaria referente à redução da jornada de trabalho (30 horas), mesmo após a realização duas oficinas sobre o tema, chamadas pelo governo.

A representação da FASUBRA questionou o recuo do governo frente às questões que envolvem impacto financeiro e cobrou solução: "Não é possível que o governo passe um aspirador no orçamento deixando os trabalhadores em estado de precariedade nesta negociação, sem uma porta aberta para discussão". Cobrou também do secretário Jesualdo, do MEC/SESU, documento que apontasse em quais pontos havia acordo por parte do MEC na pauta dos trabalhadores. Foi questionada, ainda, a suspensão de concursos.

O Ofício encaminhado pelo governo com a resposta à contraproposta da Federação foi avaliado pela Direção Nacional e CNG da FASUBRA Sindical. Com a nova situação criada pelo governo, o CNG manteve o reforço às visitas ao Congresso Nacional, em busca de apoio dos parlamentares.

17 de setembro



CNG se reúne para analisar resposta do governo Foram avaliados os ofícios SEI nº 8507 do Ministério do Planejamento e o ofício nº109, da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação. O CNG orientou a realização de ações em todos os estados contra o pacote de cortes do governo federal, que reduz investimentos em áreas sociais, aumenta impostos e impõe aos servidores públicos federais um arrocho salarial ainda maior.Foi definida a realização de um "Dia de Luta dos Servidores Públicos Federais".

24 de setembro

FASUBRA APRESENTA MINUTA DO TERMO DE ACORDO AO GOVERNO



O Comando Nacional de Greve se reuniu com o secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça na sede do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A proposta imposta pelo governo federal de reajuste de 5,5% em agosto de 2016 e 5% em 2017 e elevação no step na carreira de 0,1%, foi aprovada pela categoria, após rodada de assembleias dos sindicatos de base. Também participaram da reunião o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC), Jesualdo Farias e a Assessoria Jurídica da federação.

A federação enviou a minuta de acordo à Secretaria de Relações de Trabalho, documento com base nas deliberações da maioria da categoria. A representação da FASUBRA cobrou agilidade no processo negocial.

O secretário falou sobre o teor do acordo, afirmando que "o que vale são as respostas apresentadas por meio de ofícios do MPOG e a carta do MEC.

A FASUBRA questionou a decisão do governo em delongar a greve, e advertiu informar à imprensa sobre a continuidade da greve, devido a morosidade do governo. Na mesa de negociações, a representação do CNG/FASUBRA afirmou que somente sairíamos da greve "depois que assinarmos o acordo".

30 de setembro

CNG E GOVERNO DEFINEM MINUTA DO TERMO DE ACORDO

Após análise conjunta, documento segue para homologação nas assembleias



Participaram da reunião para definição da minuta de fechamento de acordo, além da representação do CNG/FASUBRA Sindical, Sérgio Mendonça, secretário de Relações de Trabalho e sua equipe, além do secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC), Jesualdo Farias e equipe. Parte dos grevistas permaneceram em vigília em frente à sede do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). A Assessoria Jurídica da federação participou do processo de análise do documento. Os pontos da minuta de acordo foram discutidos minuciosamente, mas, devido ao horário avançado foi encerrada às 23h10 minutos. Por causa das dificuldades apresentadas, a reunião foi reiniciada no dia seguinte, 01 de outubro, ocasião em que se definiu a redação oficial do documento que seria encaminhado à base para homologação nas assembleias, marcadas para acontecer nos dias 05 e 06 de outubro.

Assinatura do acordo

A data prevista de assinatura do acordo ocorreu no dia 6 de outubro.

Reposição

Baseado na decisão judicial proferida em 2014 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que contempla o não corte de ponto dos trabalhadores TAE em greve, e o despacho do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, de 9 de janeiro, que declara a legalidade da greve, foi proposto a construção de um acordo sobre a reposição das atividades paralisadas durante o movimento grevista.



A FASUBRA atuou para que a reposição dos dias parados fosse semelhante ao acordo da greve de 2012, de forma segura com a normalização do funcionamento do serviço público prestado. De acordo com a federação, a greve se encerraria com a assinatura dos acordos e com a definição do CNG de data para retorno ao trabalho. O Comando Nacional de Greve se reuniu para discutir os encaminhamentos à base.

06 de outubro

FASUBRA ASSINA ACORDO COM O GOVERNO E ENCERRA GREVE

Retorno ao trabalho aconteceu no dia 8 de outubro







O CNG da Fasubra em reunião com representantes do governo federal, oficializou o Termo de Acordo referente às negociações realizadas no período de greve. Também foi assinado o Termo de Acordo de reposição de trabalho (reposição do trabalho acumulado durante o período da greve). Os documentos posteriormente seriam homologados no Superior Tribunal de Justiça e fazem parte do encerramento do processo da greve de 2014.

Maior greve da história

O movimento paredista foi encerrado com a proposta de saída unificada dos trabalhadores no dia 8 de outubro, data em que se completaria 133 dias. Esta foi a maior greve em ações e a mais longa da federação. Mesmo com recuos por parte do governo na mesa de negociações, a proposta foi aceita pela maioria dos trabalhadores e homologada em assembleias da Categoria. Para a Federação, o Termo de Acordo está aquém do reconhecimento aos trabalhadores técnico-administrativos, mas é o resultado da luta e intervenção da Categoria numa correlação de forças que se mostrou extremamente desfavorável e num momento conjuntural bastante difícil. Mesmo em meio ao quadro de ajuste fiscal, conseguiu-





-se conquistas que permitirão minizar as perdas, além do estabelecimento de um calendário de negociações que deverá acontecer em breve. Serão retomados pontos como a racionalização, capacitação, trabalhadores cedidos à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), assédio moral e outros itens da pauta de reivindicações. A afirmação diante do governo é de que toda a agenda para tratar das questões colocadas seja cumprida o mais rapidamente possível, contemplando as cláusulas do acordo. O processo de luta, segundo a Federação, não está encerrado, e a unidade da categoria foi uma das premissas importantes para o alcance dos resultados. A Direção da FASUBRA avalia a greve como politicamente vitoriosa, com destaque para a efetiva unidade da categoria e o esforço na busca da construção de consensos. A luta contra a retirada de direitos, pela regulamentação da negociação coletiva e política salarial está mantida, e deverá ser fortalecida e ampliada.

Abono permanência

O secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Jesualdo Farias afirmou que, com a retirada do abono permanência, cerca de 17 mil técnico-administrativos e 7 mil docentes poderão se aposentar no próximo ano. De acordo com a Federação, se isso ocorrer de fato, a universidade pode fechar as portas em áreas estratégicas. Este é somente mais um motivo para a continuidade desta luta para o próximo ano, que promete ser árdua.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público

TERMO DE ACORDO N º 05/2015

Define os termos do acordo resultante das negociações entre o Governo Federal e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA-Sindical.

Cláusula primeira - Este termo de acordo dispõe sobre o processo de negociação entre o Governo Federal e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA-Sindical e abrange a categoria de Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, ativos, aposentados e instituidores de pensão, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Cláusula segunda – As tabelas remuneratórias do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE serão reestruturadas nos termos do anexo I deste acordo, com impactos financeiros a serem implementados em agosto de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula terceira - A parcela complementar de que tratam os parágrafos 2º e 3º do art. 15 da Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (VBC), não será absorvida por força da implementação dos novos valores e estrutura remuneratórias previstas na cláusula segunda e quarta deste termo.

Cláusula quarta. O *step* da carreira será acrescido em 0,1%, a partir de janeiro de 2017.

Cláusula quinta - Os benefícios auxílio-saúde, auxílio-alimentação e pré-escolar serão revistos conforme anexo II.

Cláusula sexta – No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do presente termo, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentará os encaminhamentos feito pelo Ministério da Educação sobre os temas abaixo:

i. reabertura do prazo de opção para adesão ao PCCTAE;
ii. extensão do art. 30 da Lei 12.772/2012;
iii. aproveitamento das disciplinas de graduação e pós-graduação para pleitear a progressão por capacitação para todos os níveis de classificação;
iv. afastamento para capacitação e qualificação; e
v. a revisão das condições para a concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade regrados na Orientação Normativa nº 06/SEGEP/MP, de 18 de março de 2013, a qual será apresentada para as entidades sindicais signatárias deste acordo para contribuições, as quais farão em 30 (trinta) dias.

1

Cláusula sétima - A discussão sobre o aprimoramento da carreira se dará até 31 de maio de 2016, com início em outubro de 2015, com a representação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA-Sindical), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único - A pauta de discussão sobre o aprimoramento da carreira a que se refere esta cláusula, deverá contemplar, dentre outras:

i. atualização das atribuições dos cargos;
ii. atualização dos requisitos de ingresso;
iii. racionalização de cargos (unificação, criação e extinção de cargos);

Cláusula oitava – Ao reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país serão aplicadas as mesmas condições e regras vigentes para os docentes de acordo com as normas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Cláusula nona - A portaria que estabelece o Modelo de Composição do Quadro de Servidores Técnico-Administrativos em Educação (dimensionamento de pessoal e matriz de distribuição de vagas), nos termos do disposto no inciso I do parágrafo 1º do art. 24 da Lei 11.091/2005 e dos artigos 5º e 6º do Decreto nº 5.825/2006, será emitida em até 60 (sessenta) dias, após a finalização das discussões em curso entre MEC e FASUBRA.

Cláusula décima - A publicação do edital referente à adesão das Instituições Federais de Ensino (IFE) ao Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos Servidores Integrantes do PCCTAE, para oferta de 2.000 (duas mil) vagas nos cursos de graduação e 2.000 (duas mil) vagas nos cursos de especialização, ocorrerá no período de 60 (sessenta) dias após assinatura do presente termo de acordo, para a primeira oferta de vagas no primeiro semestre de 2016.

Parágrafo único – A oferta de vagas para cursos de mestrado previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos Servidores Integrantes do PCCTAE, será discutida em 2016.

Cláusula décima primeira – O Ministério da Educação fará gestão para assegurar a autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no que se refere ao processo de escolha e indicação uninominal para nomeação de dirigente.

Parágrafo único – Estabelecer um processo de debate sobre democratização nas IFEs com a participação ampla de representação do governo e das entidades: FASUBRA-Sindical, SINASEFE, ANDES-SN, PROIFES, UNE, ANDIFES e CONIF.

Cláusula décima segunda – Realizar seminário nacional para debater sobre o assédio moral e outras formas de opressão nas IFEs a ser realizado até abril de 2016, em conjunto com a FASUBRA-Sindical, SINASEFE, ANDES, PROIFES, ANDIFES, CONIF e o MEC.

Brasília, 06 de outubro de 2015.

SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA
Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público

JESUALDO PEREIRA FARIAS
Secretário de Educação Superior
Ministério da Educação

ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA

LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA

IVANILDA OLIVEIRA SILVA REIS

Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA-Sindical

ANEXO I

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

Cargos de Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005

Níveis		A				B				C				D				E				VB	VB	VB
Classes de Capacitação	PISO	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	ATUAL	AGO/2016	JAN/2017
Piso AI	P01	1																				1.197,67	1.263,54	1.326,72
	P02	2	1																			1.243,18	1.311,56	1.378,46
	P03	3	2	1																		1.290,42	1.361,40	1.432,22
	P04	4	3	2	1																	1.339,46	1.413,13	1.488,08
	P05	5	4	3	2																	1.390,35	1.466,83	1.546,11
Piso BI	P06	6	5	4	3	1																1.443,19	1.522,57	1.606,41
	P07	7	6	5	4	2	1															1.498,03	1.580,42	1.669,06
	P08	8	7	6	5	3	2	1														1.554,95	1.640,48	1.734,15
	P09	9	8	7	6	4	3	2	1													1.614,04	1.702,82	1.801,79
	P10	10	9	8	7	5	4	3	2													1.675,38	1.767,53	1.872,06
Piso CI	P11	11	10	9	8	6	5	4	3	1												1.739,04	1.834,69	1.945,07
	P12	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1											1.805,12	1.904,41	2.020,92
	P13	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1										1.873,72	1.976,78	2.099,74
	P14	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1									1.944,92	2.051,90	2.181,63
	P15	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2									2.018,83	2.129,87	2.266,71
	P16	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3									2.095,54	2.210,80	2.355,12
Piso DI	P17		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	1								2.175,17	2.294,81	2.446,96
	P18			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1							2.257,83	2.382,02	2.542,40
	P19				16	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1						2.343,63	2.472,53	2.641,55
	P20					15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1					2.432,69	2.566,49	2.744,57
	P21					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2					2.525,13	2.664,02	2.851,61
	P22						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3					2.621,08	2.765,25	2.962,82
	P23							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4					2.720,68	2.870,33	3.078,37
	P24								16	14	13	12	11	8	7	6	5					2.824,07	2.979,40	3.198,43
	P25									15	14	13	12	9	8	7	6					2.931,38	3.092,62	3.323,17
	P26									16	15	14	13	10	9	8	7					3.042,78	3.210,14	3.452,77
	P27										16	15	14	11	10	9	8					3.158,40	3.332,12	3.587,43
	P28											16	15	12	11	10	9					3.278,42	3.458,74	3.727,34
	P29												16	13	12	11	10					3.403,00	3.590,17	3.872,70
	P30													14	13	12	11					3.532,31	3.726,60	4.023,74
Piso EI	P31													15	14	13	12	1				3.666,54	3.868,21	4.180,66
	P32													16	15	14	13	2	1			3.805,87	4.015,20	4.343,71
	P33														16	15	14	3	2	1		3.950,49	4.167,78	4.513,12
	P34															16	15	4	3	2	1	4.100,61	4.326,16	4.689,13
	P35																16	5	4	3	2	4.256,44	4.490,55	4.872,00
	P36																	6	5	4	3	4.418,18	4.661,19	5.062,01
	P37																	7	6	5	4	4.586,07	4.838,32	5.259,43
	P38																	8	7	6	5	4.760,34	5.022,17	5.464,55
	P39																	9	8	7	6	4.941,24	5.213,02	5.677,66
	P40																	10	9	8	7	5.129,00	5.411,11	5.899,09
	P41																	11	10	9	8	5.323,91	5.616,73	6.129,16
	P42																	12	11	10	9	5.526,21	5.830,17	6.368,20
	P43																	13	12	11	10	5.736,21	6.051,72	6.616,56
	P44																	14	13	12	11	5.954,19	6.281,68	6.874,60
	P45																	15	14	13	12	6.180,44	6.520,38	7.142,71
	P46																	16	15	14	13	6.415,30	6.768,16	7.421,28
	P47																		16	15	14	6.659,08	7.025,35	7.710,71
	P48																			16	15	6.912,13	7.292,31	8.011,42
	P49																				16	7.174,79	7.569,42	8.323,87

ANEXO I

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

MÉDICOS

Jornada	Classes de Capacitação	PISO	E				VB ATUAL	VB AGO/2016	VB JAN/2017
			I	II	III	IV			
	Piso EI	P31	1				7.333,08	7.736,42	8.361,33
		P32	2	1			7.611,74	8.030,41	8.687,42
		P33	3	2	1		7.900,98	8.335,56	9.026,23
		P34	4	3	2	1	8.201,22	8.652,31	9.378,25
		P35	5	4	3	2	8.512,88	8.981,10	9.744,01
		P36	6	5	4	3	8.836,36	9.322,38	10.124,02
		P37	7	6	5	4	9.172,14	9.676,63	10.518,86
		P38	8	7	6	5	9.520,68	10.044,35	10.929,09
		P39	9	8	7	6	9.882,48	10.426,03	11.355,33
40h		P40	10	9	8	7	10.258,00	10.822,22	11.798,19
		P41	11	10	9	8	10.647,82	11.233,47	12.258,32
		P42	12	11	10	9	11.052,42	11.660,34	12.736,39
		P43	13	12	11	10	11.472,42	12.103,43	13.233,11
		P44	14	13	12	11	11.908,38	12.563,36	13.749,20
		P45	15	14	13	12	12.360,88	13.040,77	14.285,42
		P46	16	15	14	13	12.830,60	13.536,32	14.842,55
		P47		16	15	14	13.318,16	14.050,70	15.421,41
		P48			16	15	13.824,26	14.584,62	16.022,85
		P49				16	14.349,58	15.138,84	16.647,74
	Piso EI	P31	1				3.666,54	3.868,21	4.180,66
		P32	2	1			3.805,87	4.015,20	4.343,71
		P33	3	2	1		3.950,49	4.167,78	4.513,12
		P34	4	3	2	1	4.100,61	4.326,16	4.689,13
		P35	5	4	3	2	4.256,44	4.490,55	4.872,00
		P36	6	5	4	3	4.418,18	4.661,19	5.062,01
		P37	7	6	5	4	4.586,07	4.838,32	5.259,43
		P38	8	7	6	5	4.760,34	5.022,17	5.464,55
		P39	9	8	7	6	4.941,24	5.213,02	5.677,66
20h		P40	10	9	8	7	5.129,00	5.411,11	5.899,09
		P41	11	10	9	8	5.323,91	5.616,73	6.129,16
		P42	12	11	10	9	5.526,21	5.830,17	6.368,20
		P43	13	12	11	10	5.736,21	6.051,72	6.616,56
		P44	14	13	12	11	5.954,19	6.281,68	6.874,60
		P45	15	14	13	12	6.180,44	6.520,38	7.142,71
		P46	16	15	14	13	6.415,30	6.768,16	7.421,28
		P47		16	15	14	6.659,08	7.025,35	7.710,71
		P48			16	15	6.912,13	7.292,31	8.011,42
		P49				16	7.174,79	7.569,42	8.323,87

ANEXO II

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

VALOR ATUAL	VALOR JAN/2016
R$ 373,00	R$ 458,00

AUXÍLIO PRÉ ESCOLAR

UF	VALOR ATUAL	VALOR JAN/2016
AC	66,00	321,00
AL	66,00	321,00
AM	66,00	321,00
AP	66,00	321,00
BA	74,00	321,00
CE	74,00	321,00
DF	95,00	321,00
ES	74,00	321,00
GO	74,00	321,00
MA	66,00	321,00
MG	89,00	321,00
MS	74,00	321,00
MT	74,00	321,00
PA	66,00	321,00
PB	66,00	321,00
PE	66,00	321,00
PI	66,00	321,00
PR	66,00	321,00
RJ	89,00	321,00
RN	66,00	321,00
RO	66,00	321,00
RR	81,00	321,00
RS	81,00	321,00
SC	81,00	321,00
SE	66,00	321,00
SP	89,00	321,00
TO	66,00	321,00

VALOR PER CAPITA NO PLANO DE SAÚDE
ATUAL

	Remuneração até							
Faixa Etária	**Até R$ 1.499**	**R$ 1.500 a 1.999**	**R$ 2.000 a 2.499**	**R$ 2.500 a 2.999**	**R$ 3.000 a 3.999**	**R$ 4.000 a 5.499**	**R$ 5.500 a 7.499**	**R$7.500 ou mai**
00-18	121,94	116,19	110,44	105,84	100,08	90,88	87,43	82,83
19-23	127,69	121,94	116,19	110,44	105,84	93,18	88,58	83,98
24-28	129,42	123,67	117,92	112,16	107,56	94,91	90,31	85,70
29-33	134,60	127,69	121,94	116,19	110,44	95,48	90,88	86,28
34-38	138,62	131,72	125,97	120,22	114,46	99,51	94,91	90,31
39-43	143,22	136,32	130,57	124,82	119,07	104,11	99,51	94,91
44-48	154,98	147,42	139,86	133,56	127,26	105,84	100,80	95,76
49-53	157,44	149,76	142,08	135,68	129,28	107,52	102,40	97,28
54-58	159,90	152,10	144,30	138,80	131,30	109,20	104,00	98,80
59 ou mais	167,70	159,90	152,10	144,30	137,80	111,80	106,60	101,40

VALOR JAN/2016

	Remuneração até							
Faixa Etária	**Até R$ 1.499**	**R$ 1.500 a 1.999**	**R$ 2.000 a 2.499**	**R$ 2.500 a 2.999**	**R$ 3.000 a 3.999**	**R$ 4.000 a 5.499**	**R$ 5.500 a 7.499**	**R$7.500 ou mai**
00-18	149,52	142,47	135,42	129,78	122,71	111,43	107,20	101,56
19-23	156,57	149,52	142,47	135,42	129,78	114,25	108,61	102,97
24-28	158,69	151,64	144,59	137,53	131,89	116,38	110,73	105,08
29-33	165,04	156,57	149,52	142,47	135,42	117,07	111,43	105,79
34-38	169,97	161,51	154,46	147,41	140,35	122,02	116,38	110,73
39-43	175,61	167,15	160,10	153,05	146,00	127,66	122,02	116,38
44-48	190,03	180,76	171,49	163,77	156,04	129,78	123,60	117,42
49-53	193,05	183,63	174,21	166,37	158,52	131,84	125,56	119,28
54-58	196,06	186,50	176,94	168,97	161,00	133,90	127,52	121,14
59 ou mais	205,63	196,06	186,50	176,94	168,97	137,09	130,71	124,33

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público

TERMO DE ACORDO DE REPOSIÇÃO Nº 03/2015

Define o termo do acordo para reposição das atividades paralisadas decorrentes do movimento grevista dos servidores do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE.

Este termo de acordo, resultante das negociações entre o Governo Federal e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA-Sindical, entidade representativa dos servidores do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, dispõe sobre a reposição do trabalho resultante da paralisação ocorrida nos exercícios de 2014 e 2015.

Considerando a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em medida liminar do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, proferida nos autos do processo 2014/0139295-3;

Considerando o processo de diálogo e negocial estabelecidos com a FASUBRA nos anos de 2014 e 2015;

Considerando que estes processos resultaram, superadas as dificuldades desta negociação, na assinatura do termo de acordo nº 05/2015, anexo;

Considerando as horas não trabalhadas nos anos de 2014 e 2015 em decorrência das paralisações ocorridas no curso dos processos de diálogo e de negociação; e

Considerando a autonomia universitária.

Cláusula primeira. A entidade sindical signatária deste termo compromete-se a orientar pelo cumprimento do plano de reposição de trabalho referente aos dias não trabalhados por motivo de greve ou paralisações de serviços, sob responsabilidade das Instituições Federais de Ensino, e acompanhar a sua fiel execução, com vistas ao restabelecimento imediato da normalidade na prestação de serviços à sociedade.

Cláusula segunda. O presente termo gerará seus efeitos após sua homologação no processo judicial em curso supracitado.

E por terem justa e acordada as cláusulas e condições deste termo, assinam o presente documento.

1

Brasília, 06 de outubro de 2015.

SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA
Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público

JESUALDO PEREIRA FARIAS
Secretário de Educação Superior
Ministério da Educação

ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA

LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA

IVANILDA OLIVEIRA SILVA REIS

Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA-Sindical

Pauta específica de reivindicações

Reposição de Perdas e Aprimoramento da Carreira:

*Índice de 27,3% no piso da tabela.

*Pelo aprimoramento da Carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de três salários mínimos e step de 5%; reposicionamento dos aposentados e pensionistas, e concurso público via RJU para todos os níveis de classificação.

*Pela não retirada de ganhos administrativos e judiciais da Categoria – pagamento imediato; Reabertura de prazos para que os Técnico-Administrativos em Educação que ainda estejam no PUCRCE possam migrar para o PCCTAE;

*Reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados quando os mesmos se encontravam na ativa;

*Aproveitamento de disciplinas de curso de graduação e pós-graduação para todas as classes do PCCTAE para fins de progressão por capacitação;

*Reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país.

*Posicionamento hierárquico em padrão de vencimento equivalente na tabela quando do reingresso de servidor em outro cargo do PCCTAE.

*Efetivação do Plano Nacional de Capacitação lançado em 2013;

*Extensão, para os Técnico-Administrativos em Educação, do art. 30 da lei 12772/12, que trata de afastamento para realização de estudos de pós-graduação;

*Turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem ponto eletrônico e sem redução de salário;

*Pela revogação da Lei que cria a EBSERH para gerir os Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino e pela contratação de trabalhadores via concurso público (RJU).

*Revogação das orientações normativas (nº 6, 15 e 16) relativas à insalubridade, assegurando os direitos dos trabalhadores que já se aposentaram e dos que estão na ativa;

*Pela suspensão imediata dos cortes orçamentários nas Instituições de Ensino e recomposição do orçamento;

*Construção/ampliação de creches nas Instituições Federais de Ensino, atendendo a demanda da comunidade acadêmica;

*Construção de uma política de combate efetivo ao assédio moral nas Instituições Federais de Ensino;

*Democratização das Instituições Federais de Ensino. Por um processo eleitoral no mínimo paritário para a escolha de gestores no âmbito das universidades públicas, de forma autônoma, com lista uninominal; Por uma composição paritária nos conselhos superiores;

*Pelo fim da criminalização das lutas e das perseguições aos dirigentes sindicais e ativistas nas Instituições Federais de Ensino Superior;

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!

ENTIDADES
1. SINDTIFES-PA
2. SINTESAM
3. SINTEST-AC
4. SINTUNIR
5. SINSTAUFAP
6. SINTESPB
7. SINTUFCE
8. ASSUFBA
9. SINTUFAL
10. SINTUFEPE-UFPE
11. SINTUFEPE-UFRPE
12. SINTEST-RN
13. SINTUFS
14. SINTEMA
15. SINTUFPI
16. SINTUF-MT
17. SISTA-MS
18. SINT-IFESgo
19. SINTFUB
20. SINTESMAT
21. SINTEF
22. SINTAD-TO
23. SINTUFF
24. SINTUFRJ
25. ASUNIRIO
26. SINDIFES
27. SINDUFLA
28. SINT-UNIFAL
29. ASAV
30. SIND. ASSUFOP
31. SINTET-UFU
32. SINTUNIFEI
33. SINTE-MED
34. SINTEPS
35. SINTUNIFESP
36. SINTUFSCAR
37. SINTUFES
38. SINTUR-RJ
39. SINTUPERJ
40. STU
41. SINTUFEJUF
42. SINDS-UFSJ
43. SinTUABC
44. SINTUFSC
45. SINDITEST-PR
46. APTAFURG
47.ASSUFRGS
48.ASSUFSM
49. ASUFPel
50. SINDIPAMPA









Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA)

SE NÃO TEM PÁTRIA EDUCADORA,



FASUBRA Sindical
Filiada à CONTUA ISP CEA

TEM GREVE EDUCATIVA!